

Grupo de Trabalho Temático – Ordenamento do território, espaços verdes e áreas naturais

Reunião 3 – Acta aprovada

Data: Segunda-feira, 13 de Fevereiro de 2006, 14h30

Local: Junta de Freguesia de S. Pedro de Rates (Póvoa de Varzim)

Presenças	
Pedro Macedo	Grupo de Estudos Ambientais - Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa (Equipa Técnica)
Isabel Matias	
Sandra Júlio	
Fátima Azevedo	Câmara Municipal de Espinho
Joaquim Sá	
Maria João Murta	Câmara Municipal de Gondomar
Jose Castelo Grande	
João Nuno Gusmão	Câmara Municipal da Maia
Luísa Fareleiro	Câmara Municipal de Matosinhos
Luís Mamede	Câmara Municipal do Porto
António Leite Ramalho	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Elisabete Campos	
Rute Pereira	
Eduardo Leite	Câmara Municipal de Valongo
Clara Castro Poças	
Vilma Silva	GAIURB - Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, EM
Paula Ramos	
Helena Barbosa	Portucalea – Associação Florestal do Grande Porto
Miguel Moura Portugal	ICN – Instituto de Conservação da Natureza

Tema	Descrição
Visita ao Ecomuseu de S. Pedro de Rates	<p>Antes do início da reunião foi realizada uma visita ao projecto do Ecomuseu de S. Pedro de Rates, orientada por Armindo Ferreira, presidente da Junta de Freguesia. Este projecto é financiado pelo Programa Operacional Regional AGRIS e prevê a constituição de um roteiro interligando diferentes estruturas físicas espalhadas pelo território da freguesia, que se pretendem representativas e guardiãs da memória e tradição rural da comunidade.</p> <p>Visitou-se o Parque Ambiental, que será ponto de partida e chegada deste circuito, bem como a intervenção na área da Fonte do Pedro, para além de outros pontos como o Largo de Santo António e Casa Agrícola (futuro Museu dos Cereais e do Linho), um Moinho de vento em construção com xisto, bem como o Moinho do Pego.</p>

<p>1 – Apresentação das linhas programáticas do Plano de Acção</p>	<p>Pedro Macedo abriu a reunião com as principais conclusões retiradas do Diagnóstico, no que se refere às área temática do <i>Ordenamento do Território, Espaços Verdes e Áreas Naturais</i>, efectuado na fase anterior e que consistem nas seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Património natural residual; - Elevado número de incêndios; - Desvalorização dos espaços naturais, agrícolas e florestais; - Pressão sobre áreas sensíveis; - Falta de articulação regional; - Reduzida participação pública. <p>Seguidamente apresentou os objectivos das linhas programáticas definidas para o <i>Plano de Acção do Plano Estratégico</i> e a estrutura do mesmo.</p> <p>Desta forma propõe que a estrutura definida assente em dois tipos de propostas que por sua vez se concretizaram em diversas medidas: os <i>Projectos Âncora</i> e os <i>Modelos de Intervenção</i>. Aos primeiros correspondem as áreas protegidas, os corredores ecológicos e os centros de ruralidade; aos segundos, a gestão florestal sustentável e o ordenamento do território.</p> <p>Ainda no âmbito da apresentação Pedro Macedo conclui que relativamente aos projectos âncora será fundamental o contributo de todos os parceiros, uma vez que nesta acção existem diversas autarquias com projectos em curso que com o reforço do plano estratégico poderão ter a vantagem de serem viabilizados.</p>
<p>2 – Apresentação sobre os Centros de Ruralidade</p>	<p>Isabel Matias definiu os conceitos subjacentes aos <i>Centros de Ruralidade</i>, os objectivos, a função, as características, os tipos de projectos e a sua operacionalização, de acordo com as linhas definidas no plano estratégico. Salientam-se, deste modo, no contexto da Área metropolitana do Porto, os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aspecto ambiental (preservação de sistemas fundamentais e da biodiversidade); - social (manutenção de um sistema produtivo viável e a coesão do tecido social); - cultural (defesa de valores arquitectónicos, urbanísticos e manutenção da qualidade da paisagem).
	<p>Na sequência da apresentação de Isabel Matias, Pedro Macedo, de acordo com o solicitado na convocatória da presente reunião, convidou os representantes das Câmaras Municipais presentes, a partilhar informação sobre os projectos em curso nos respectivos municípios, na área do Ordenamento do território, Espaços Verdes e Áreas Naturais.</p>
<p>3 – Câmara Municipal do Porto: Núcleo Rural do Parque da Cidade - Aldoar</p>	<p>Assim, a primeira apresentação foi efectuada por Luís Mamede, da Câmara Municipal do Porto, tendo sido apresentado o Núcleo Rural do Parque da Cidade – Aldoar, sendo um projecto em que a Câmara Municipal do Porto encontrou forma de salvaguarda da ruralidade em meio urbano, mantendo as raízes rurais em vivências urbanas.</p>

	<p>O Núcleo Rural é constituído pelo Centro de Educação Ambiental, pela Horta Pedagógica, pelo Jardim de Plantas aromáticas, por uma área de restauração com restaurante, cafetaria/esplanada e lojas de comércio justo e ainda por um espaço de cavalariças onde se encontra o Clube de Póneis e o Picadeiro que o serve. Mais recentemente foi promovida uma Feira semanal, todos os sábados, destinada à venda de produtos biológicos.</p> <p>O Núcleo Rural do Parque da Cidade, que se localiza a nascente do parque, ocupa quatro quintas de matriz rural recuperadas pelo Arquitecto João Paulo Rapagão que mantêm a sua estrutura rural. Os princípios de intervenção consistiram na adaptação da diversidade de espaços rurais à diversidade de usos urbanos propostos. No que se refere às oficinas – desenvolvidas pelo centro de educação ambiental – as actividades desenvolvem-se para as crianças entre os 4 e os 12 anos de idade em regime gratuito.</p>
<p>4 – Gaiurb – Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, EM</p>	<p>A apresentação foi efectuada por Vilma Silva, da Gaiurb, EM e iniciou-se com uma breve sistematização dos principais problemas verificados no território municipal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Forte interdependência funcional; - Forte desqualificação ambiental; - Forte degradação física e exclusão social. <p>Pelo que as linhas de Acção Prioritárias desenvolvidas pela Gaiurb, no que se refere ao ordenamento do território, espaços verdes e áreas naturais são as seguintes:</p> <p>Linha de Acção 1 – Medidas de melhoria das Infra-estruturas de conexão da Região;</p> <p>Linha de Acção 2 – Medidas de qualificação ambiental e potenciação turística;</p> <p>Linha de Acção 3 –Estratégias concertadas de planeamento e intervenção pública.</p> <p>No que se refere às medidas levadas a cabo no âmbito da linha de Acção 2, destacamos as seguintes:</p> <p>A –Programa de qualificação das Encostas do Douro até à barragem de Crestuma/Lever</p> <p>B – Reabilitação da Serra de Canelas</p> <p>C - Reabilitação de Áreas Rurais Marginais, através de:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Programas de revitalização e requalificação dos “Núcleos primitivos” zonados em PDM com o objectivo do desenvolvimento turístico e de residência de uso permanente ou sazonal. Exemplos de Grijó, Gestosa de Baixo (Sandim) e Arnelas (Olival) b) Programas de qualificação de corredores ecológicos que estruturam o sistema de núcleo, sobretudo em torno dos vales do rio Uíma e do rio Febros (Arnelas, Crestuma)

<p>5 – Câmara Municipal de Valongo Sítio Rede Natura 2000 – PTCN00024</p>	<p>A 3ª apresentação relativa a projectos em curso, diz respeito a ao Sítio da Rede Natura 2000 – PTCN00024 - Valongo, tendo sido apresentado por Clara Poças. Foi caracterizado o Sítio e identificados os projectos em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projectos Life – Parque Paleozóico e Conservação de quatro espécies raras; - Florestas; - Sapadores florestais; - Requalificação de espaços construídos; - Reabilitação de linhas de água <p>Foram também apresentados dados relativos à divulgação e ao reconhecimento do Sítio, assim como relativos à gestão e ao investimento realizado. Relativamente aos projectos referidos foram apresentadas diversas imagens quer das obras em curso quer de obras efectuadas à presente data. No que se refere à requalificação de espaços construídos destacam-se as intervenções prevista no Povoado de Couce em que se pretende melhorar a qualidade de vida da população aí residente, através da dotação de infra-estruturas básicas, adequadas à dimensão do lugar, como sejam a construção de mini-etar, abastecimento de água e estação de tratamento, reabilitação do caminho de acesso, recolha de RSU, entre outras melhorias.</p>
<p>6 – Discussão das propostas e debate</p>	<p>Foi levantada uma questão pelo representante do ICN – Miguel Moura Portugal relativamente aos Centros de Ruralidade, no sentido do critério para a sua selecção não ser, exclusivamente, a presença de actividade agrícola, mas também a existência de solos com elevada aptidão para a agricultura. Fundamentou este critério com a importância de salvaguardar o recurso solo, entendendo-o como uma reserva estratégica, de modo a que o território da AMP possa, nomeadamente, contornar crises no futuro em matéria de acesso e/ou fornecimento de alimentos. Isabel Matias referiu a necessária articulação e complementaridade que deve existir no âmbito da revisão dos PDM em curso e na elaboração dos PMOT, de uma forma geral. Devendo a preservação do solo agrícola ser efectuada através da RAN, uma vez que o plano em curso não diz respeito a uma figura de planeamento territorial. A função prevista no plano estratégico para os centros de ruralidade deve completar a actividade agrícola, numa perspectiva de interacção da população residente com a população visitante fomentando a preservação da estrutura agrícola e das suas tradições direccionadas para o desenvolvimento de actividades de lazer. Miguel Moura Portugal contrapôs que, em territórios como o da AMP, existem exemplos suficientes para concluir que a salvaguarda do solo com aptidão agrícola não pode ficar apenas ao nível dos PMOT's, pelo que faria todo o sentido que o Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto tivesse uma actuação pró-activa em relação às áreas com solos de elevada aptidão agrícola. Pedro Macedo acrescentou que a perspectiva abordada pelo plano estratégico é a de criar espaços que sejam demonstrativos e exemplo de interacção entre o mundo urbano e rural e valorizem a função/papel do agricultor e para que a população entenda o valor do solo agrícola e florestal.</p>

António Leite Ramalho, acrescentou neste aspecto que para salvaguarda dessa função, foi definido no DL nº 380/99, de 22 de Setembro, a obrigatoriedade da definição da Estrutura Ecológica Municipal.

Pedro Macedo referiu que este plano tenta juntar as vivências do território à forma e à preservação das actividades aí desenvolvidas.

O representante da Câmara Municipal da Maia, João Nuno Gusmão, levantou uma questão relacionada com o conceito de “agricultura” explanado nos centros de ruralidade e referiu que na região a actividade agrícola diz respeito fundamentalmente à pecuária, pelo que deveriam ser ressalvada a agricultura de complementaridade biológica, não devendo ter apenas uma via única de actuação. Ou seja, o conceito de agricultura é aqui utilizado de uma forma demasiado abrangente.

Pedro Macedo referiu que no presente plano se defendiam tipos de agricultura, porque no plano não é a produção agrícola o objecto de intervenção, mas sim o território e as suas práticas.

João Nuno Gusmão referiu ainda que a Arqtª Laura Roldão está a desenvolver projectos neste âmbito no Concelho da Maia, que tem conhecimento que a Estrutura Ecológica está a ser desenvolvida e que a Câmara Municipal da Maia tem trabalhos na área dos Centros de Ruralidade que podem ser referenciados ao nível do plano estratégico.

Pedro Macedo encerrou a reunião do grupo de trabalho agradecendo a todos os presentes, assim como ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Rates pela disponibilização do espaço e pela interessante visita efectuada a diversos projectos em curso na freguesia.

Reforçou ainda a necessidade de incorporar os contributos de cada um dos parceiros do Plano Estratégico, relativamente à selecção dos projectos âncora e nos modelos de intervenção definidos. Ao que Isabel Matias referiu o posterior contacto que efectuará com cada autarquia, no sentido de identificar núcleos rurais com potencialidades para se formalizarem em propostas de Centro Rurais.

Acta redigida por Sandra Júlio, revista e aprovada pelos presentes